

SOCIEDADE UNIÃO OPERÁRIA E A EDUCAÇÃO EM RIO GRANDE/RS

FRANCISCO FURTADO GOMES RIET VARGAS*
RITA DE CÁSSIA GRECCO DOS SANTOS**
GABRIELA CACERES RIET VARGAS***

RESUMO

Neste artigo enfatizamos a Sociedade União Operária – SUO por meio de um breve histórico desta sociedade, que foi uma das mais antigas e atuantes associações operárias e do Rio Grande do Sul, desde sua constituição, em 1893, até o fim da hegemonia anarquista nesta sociedade, em 1928. Visando abranger este estudo, demonstramos como a SUO atuava na educação dos operários, através da análise das Atas, Livros Caixas e Relatórios da Presidência produzidos na referida Sociedade e contrastado com outras fontes do mesmo período, como os Relatórios da Intendência Municipal do Rio Grande. Ainda nos debruçaremos em obras sobre o movimento operário e da educação no Rio Grande do Sul. Para o tratamento destes dados colocamos que as produções humanas são produções ideológicas, conforme afirmam Michel de Certeau (1982, 70) e Roger Chartier (2001, 115), provenientes de uma cosmovisão. Apontaremos as disputas internas nesta associação, relevando a existências de diferentes grupos que atuavam nesta sociedade. De forma a elucidar essa atuação desta união na educação, mostraremos dados como os salários dos seus professores, os currículos usados pela escola desta guilda operária, a frequência dos estudantes do educandário da SUO, comparando essas informações com de outras instituições formativas deste período. Em movimento contínuo, são feitas observações quanto à hegemonização dos

* Mestre em Educação – Filosofia e História da Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas – PPGE/UFPEL. Professor de História da Escola Técnica Estadual Getúlio Vargas, Rio Grande/RS. E-mail: chicaov@yahoo.com.br

** Doutora em Educação – Filosofia e História da Educação pelo PPGE/UFPEL. Professora do Instituto de Educação – IE e do Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e da Informação – PPGH-ICHI da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande/RS. Pesquisadora dos Grupos de Pesquisa EDUCAMEMÓRIA – Educação e Memória e Núcleo de Documentação da Cultura Afro-Brasileira ATABAQUE da FURG. E-mail: ritagrecco@yahoo.com.br

*** Pedagoga. Professora de Educação Infantil na Escola Municipal de Educação Infantil Déborah Thomé Sayão. E-mail: gabycunhacaceres@yahoo.com.br

anarquistas nesta sociedade, revelando de que forma este grupo chega a liderança desta instituição. Veremos quais as alterações que ocorrem nesta entidade em decorrência desta nova cosmovisão. E, conseqüentemente, no âmbito da escola da SUO, quais os impactos, tentativas de mudanças e quais as transformações que foram possíveis e passíveis de implementar junto às práticas pedagógicas.

Palavras-chave: Anarquismo; Educação Operária; História da Educação.

ABSTRACT
SOCIEDADE UNIÃO OPERÁRIA
AND EDUCATION IN RIO GRANDE/RS

In this article we emphasize the “Sociedade União Operária” (Society Workers 'Union) – SUO through a brief history of this society, which was one of the oldest and active workers' associations and Rio Grande do Sul, since its inception in 1893 until the end of the Anarchist hegemony this company in 1928. in order to cover this study, we demonstrated how the SUO was active in the education of workers, through the analysis of the Minutes, Cash Journal and Presidency reports produced in the said company and contrasted with other sources in the same period, as reports of the Municipal quartermaster of the Rio Grande. Still we will look at works on labor and education movement in Rio Grande do Sul. To process these data put that human productions are ideological productions, as claimed by Michel Certau (1982, 70) and Roger Chartier (2001, 115), from a worldview. We will point the infighting in this association, emphasizing the existence of different groups that were active in this society. In order to elucidate this role of this union in education, we will show data such as the salaries of their teachers, the curricula used by the school this working guild, the frequency of the primary school students of SUO, comparing this information with other training institutions of this period. In contiguous movement, observations are made about the hegemony of the anarchists in this society, revealing how this group reaches the leadership of this institution. We will see what changes occur in this entity as a result of this new worldview. And, consequently, within the school SUO, which impacts, attempts to change and what changes were possible and insusceptible to implement together with the pedagogical practices.

Keywords: Anarchism ; Education Workers ; History of Education.

Introdução: Histórico da Sociedade União Operária

A Sociedade União Operária–SUO, fundada em 24 de dezembro de 1893, foi uma das primeiras sociedades operárias do Rio Grande do Sul, “[...] mas só apareceu oficialmente no ano seguinte [...]”, de acordo com seu estatuto de 1º de maio de 1894 (CORRÊA, 1987, p. 109). A SUO promoveu a formação de um armazém corporativo, um montepio e amparo mútuo; junto a isso ainda participou de algumas greves, atos que acabaram

caracterizando-a como entidade não só de ajuda mútua, mas também como uma instância de luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho.

Esta sociedade, ainda, foi palco de embates entre vários grupos identificáveis. Schmidt coloca que estes grupos em conflito, do período da fundação da SUO até a década de 1920, eram constituídos por confrarias anarquistas, sociais-democratas e burocratas (1999, p. 153). Estes conflitos são notórios na tese de Beatriz Loner; num desses episódios, o líder social-democrata Antônio Guedes Coutinho, então presidente da SUO, se demite do cargo devido justamente a estas escaramuças (LONER, 1999, p. 182); notável celeuma ocorreu também quando a militante anarquista Agostina Guizzardi levantou sua pena contra manifestações de caráter patriótico da SUO (SILVEIRA, 1999, p. 199).

1. SUO e a Educação

Para o devido encaminhamento do presente estudo, vale destacar que o que realmente nos interessa são as questões e prerrogativas educacionais¹ da SUO, e, quanto a isso, cumpre lembrar que a SUO foi a primeira entidade operária a propor e disponibilizar educação para os trabalhadores no Rio Grande do Sul (CORRÊA, 1987, p. 110), datando sua primeira aula, de caráter fundacional, de 05 de outubro de 1894, portanto, antes da entidade completar um ano de vida (RIO GRANDE, 1920)². Durante este período, a SUO era basicamente dirigida por sociais-democratas, como Antônio Guedes Coutinho. Apesar do descaso geral com a educação feminina (havendo poucas escolas para meninas), essa sociedade já oferecia educação para o gênero, porém, não contando com o advento da co-educação. Sobre isso, Corrêa ressalta que “[...] o ambiente social não favorecesse [...]” a isto (1987, p. 110-111).

Entretanto, tal diferenciação não se via somente no ambiente escolar, o fato era premente também no âmbito salarial dos professores, pois, segundo registros do período, o professor diurno recebia 200\$000 réis e a professora recebia 80\$000 réis, isso em 1898, conforme aponta a própria Corrêa (*op.cit.*, p. 111-112).

¹ Para maior conhecimento sobre o contexto da cidade de Rio Grande, vide VARGAS, Francisco Furtado Gomes Riet. *Anarquismo e Educação em Rio Grande (1918-1927): Educação de, para e pelos Trabalhadores*. Pelotas: UFPEL, 2011. 111f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas.

² Em Anexos, na parte de Estatísticas, 2ª Parte, Política e Moral, no Quadro 8.

A questão evidencia-se em 1923, conforme se vê no Livro Caixa da SUO, pelo qual foi registrado que um professor, para aula noturna e diurna, receberá 200\$000 réis, enquanto a professora, diurna, receberá 50\$000 réis (1923-1927, p. 70). Depreende-se disso que as médias salariais foram equalizadas somente em janeiro de 1924, quando as professoras passaram a receber 100\$000 réis pelas aulas diurnas (*op.cit.*, p. 90).

Este salário continuará em vigência até abril de 1927, quando a professora Virginia Rocha Wigg desaparece do Livro Caixa da entidade; porém, antes disso, o professor Hermínio Oliveira foi abstraído da contabilidade da SUO, em janeiro deste mesmo ano, ficando a professora Virgínia com o ordenado duplicado. Em junho do mesmo ano aparece Carmem del Allende, ostentando ordenado de 250\$000, sendo o(a) único(a) professor(a) identificado(a) no livro caixa da união a partir de então.

2. Educação Operária: Uma análise comparada ao currículo da SUO

Podemos tecer observações quanto aos conteúdos programáticos da SUO, assim como os métodos utilizados em aula, por meio dos Relatórios da Presidência da entidade, através da documentação anual. Porém, a maior parte destes relatórios foi extraviada, fator que prejudica o trabalho investigativo. Os números estudados encontram-se apenas no Centro de Documentação Histórica da FURG; relatórios que são referentes aos anos de 1908, 1910 e 1917. A consulta direta foi feita ao registro do ano de 1917, por ser este o mais próximo do período estudado.

No Relatório Presidencial de 1917 podemos perceber que não havia co-educação entre os sexos; há diferenciações, também, quanto ao tipo de aprendizado disponibilizado entre os gêneros. Um sinal claro disso é que as estudantes recebiam instrução para prendas domésticas, como, por exemplo, aulas de bordado todas as tardes, enquanto os estudantes masculinos recebiam preleções de matérias científicas e formais, ficando claro uma distinção entre gêneros, reforçada nas aulas dirigidas ao sexo masculino durante a tarde.

Estas matérias formais e científicas eram trabalhadas de forma a serem colocadas em determinado contexto; nas palavras do então presidente da sociedade, Adalberto Xavier, era preciso “[...] por todos os meios, infundir no ânimo dos nossos alunos o amor pelo estudo, por meio do qual poderão se tornar, para o futuro, operários conscientes de seus deveres”.

Por outro lado, em relação às meninas, percebe-se claramente a aplicação de uma educação voltada unicamente para a lida doméstica, no que parece ser um artifício pedagógico para que elas viessem a se tornar as futuras mulheres “donas de casa”, em posição subserviente. Apesar de as meninas também assistirem aulas com conteúdos formais e científicos, estas instruções eram recebidas com a carga horária reduzida pela metade, ou seja, apenas no período matutino, pois o vespertino era dedicado ao bordado, um típico afazer doméstico.

Constatou-se também que a seriação das aulas masculinas era definida, diferente das aulas direcionadas às meninas. Ainda que possamos perceber que existe uma seriação através dos mapas das aulas femininas, é possível observar também que existia uma explicitação metódica maior por parte do professor das “aulas masculinas”. Tal clareza metodológica não era formalmente explicitada pela professora das meninas.

Ecoando junto a isso, podemos perceber que os problemas disciplinares estão entre as frequentes reclamações dos professores do sexo masculino, não constando apenas no relatório presidencial, mas também nas atas, fato observável até anos mais remotos, conforme registro nas Atas de Diretoria, em 18 de março de 1924, onde se lê a respeito da suspensão, pelo professor Basílio Lopes, de dois alunos das aulas noturnas. E, mesmo no período anarquista, essas suspensões também ocorrem, conforme podemos notar na ata de 07 de outubro de 1925, às vésperas daquela instituição promover um evento em homenagem a Francisco Ferrer, que condenava as práticas punitivas em sala de aula.

Ainda se pode assinalar que no período de 1917 as aulas da SUO recebiam subsídios da Intendência Municipal, e, neste mesmo período, seus dirigentes apelaram para o governo do estado para que este também colaborasse com as atividades, logrando isso através do então deputado estadual Coronel Virgílio J. da Porciúncula Junior.

Tal situação gera problemas posteriores, pois estes detalhes proporcionam que a diretoria desta entidade entre em atrito com a Intendência, tendo em vista que a mesma queria usar a SUO como local de sufrágio, e, para efetuar este implemento, a votação seria sorrateiramente denominada como “Aula Municipal”.

Encontramos nos Relatórios da Intendência de Rio Grande, durante o período enfocado (1918-1927), referências quanto às aulas femininas da SUO, que são sempre referidas como aulas municipais, assim como o fato de que os registros apresentam a

educadora Virginia Elste Rocha como professora efetiva da municipalidade desde 1905, sendo que ela seria então responsável pela aula feminina da SUO. Apenas a aula masculina é tida, nesses relatórios, como própria da entidade. Porém, contrariando estes dados, consta nos livros-caixa desta sociedade o régio pagamento à professora e a última colaboração da Intendência, para com a Escola da SUO, registrada no livro caixa em fevereiro de 1923.

Quanto ao ano letivo, este tinha início em janeiro, tendo seu encerramento no mês de outubro, com exames que ocorriam em dezembro, momento vivido com solenidade, quase festivo, no qual eram celebrizados os intentos da sociedade e membros da SUO recebiam convite para compor a banca examinadora; porém havia convites para externos, como o professor Euclides Barros de Souza (Atas de Diretoria da SUO, 1922-1929, p. 120) ou o advogado Álvaro Prates de Lima (*Idem*, p. 13; p. 82). Além disso, a nomeação da banca das aulas femininas era transferida à Intendência Municipal (*Idem*, p. 13; p. 82). Mesmo no período em que os anarquistas hegemonizaram esta organização, tal prática do exame mostrava-se proeminente, contudo, não se observa o convite a políticos, prática reservada, entretanto, a sindicalistas, tendo como nomes incidentes: Pedro Barboza, Lincon de Araújo (*Idem*, p. 204), Octávio Santos (*Idem*, p. 232) entre outros.

Outra revelação que chega através dos relatórios da presidência é a utilização do método de leitura João de Deus³, levado a termo durante as aulas dos meninos; não há, além do referido registro, maiores explicitações de como o método foi aplicado. Também temos nesse material o registro das disciplinas desenvolvidas pelos professores da escola da SUO, tanto da aula feminina quanto da masculina. Além do bordado, já explicitado, nas aulas direcionadas ao sexo feminino eram desenvolvidos diariamente conteúdos de leitura e aritmética prática, e, em alternância, gramática e História do Brasil, atividades engastadas no período de três dias; aritmética, durante dois dias; geografia do Brasil, da Europa e do Rio Grande do Sul durante um dia da semana, conteúdos lecionados das 9h até às 11:30. Nas manhãs de sábado, no mesmo horário, ocorriam as sabinas semanais.

No caso das aulas masculinas, recebia-se educação intelectual em turno integral; para eles eram ministradas sessões de

³ Método de alfabetização desenvolvido pelo português João de Deus, no qual se inicia o processo de aprendizado numa progressão: do ensino da palavra à análise fonética (MORTATTI, 2006, p. 5-6).

Leitura, pelo método de João de Deus, assim como escrita, quando eram redigidas respostas às questões, sendo que na 4ª Classe havia “análise de leitura, Lógica e Taxonomia”; além disso, aos sábados pela manhã, seria lecionado Desenho. Porém nos mapas das aulas não consta nenhum estudante na 4ª classe. Além dessas lições, pela parte da tarde são conferidas aulas de Aritmética para a 1ª e 2ª classe; alternando aulas de Gramática, durante três dias na semana, mais Aritmética durante as outras duas tardes; na 3ª classe eram inseridas Gramática, Aritmética e Geografia durante três dias da semana, assim como História do Brasil, Geometria e Álgebra nos outros dois.

Estes conteúdos, se comparados com os da Escola Eliseu Reclus de 1906, na qual se lecionava “Esperanto, Francês, Português, Aritmética, Matemática, História Universal, Desenho, Ginástica Sueca” entre outros (CORRÊA, *op.cit.*, p. 131), demonstram que as aulas da SUO não possuíam maior variedade curricular. Porém, em sua investigação, Corrêa também não encontra nenhuma serialização, fato que demonstraria, por outro lado, a falta de um aprimoramento pedagógico de tal escola em relação à da SUO.

Contudo, comparada à escola da Federação Operária do Rio Grande do Sul – FORGS, fundada em 1915, temos a entidade na seguinte situação: oferecendo apenas aulas noturnas para meninos e adultos; possuía três classes. Nessa tríade eram ministrados conteúdos de Português, Leitura, Gramática, Escrita, Ditado e Redação nas segundas-feiras; na quarta-feira eram ministrados conteúdos de Lição das Coisas, Vida Prática e noções de Ciência Positiva; na sexta-feira, Aritmética, Pesos e Medidas e Frações, ainda havendo aulas de Geografia Elementar e História, com o uso de livros didáticos para algumas disciplinas. Na 1ª classe houve preleções de Leitura, Cópia, Ditado, Caligrafia, Aritmética, em seminários ditos úteis; na 2ª classe, Gramática, Aritmética, Caligrafia, História e Geografia; na 3ª classe, Gramática, Redação, Geometria e Aritmética Teórica. No final do ano realizavam-se exames, assim como na escola da SUO, com bancas compostas por um professor e dois convidados (CORRÊA, *op.cit.*, p. 149-152).

Nas aulas diurnas da escola da FORGS, surgida em 1916, para meninos e meninas de até 8 anos de idade, haviam três classes; na 1ª, em seu conteúdo programático, havia Leitura e Cópia, Caligrafia, Aritmética e Preleções Úteis; na 2ª classe, Gramática, Aritmética, Caligrafia, Geografia e História; na 3ª classe, Gramática, Redação, Geometria, Aritmética Teórica, Iniciações à

Cosmologia, Astronomia, Zoologia, Botânica, Química e Física, além do possível estudo de alguns idiomas (CORRÊA, *op.cit.*, p. 152-153). Importante ressaltar que a escola noturna contava com professores diferentes para cada área de conhecimento. Ainda nessa escola observamos a organização seriada, similar a da escola da SUO, na qual havia preocupação maior com o conteúdo das ditas “ciências duras”⁴, que a Escola da SUO.

Outra escola operária do estado, naquele período, foi a Escola Moderna dos Navegantes, em Porto Alegre, que surge em 1914 por iniciativa da União Operária Internacional. Essa escola, conforme aponta Norma Corrêa, teria orientação de acordo com o método racionalista, de Francisco Ferrer; para cumprir tal desiderato, fez-se contato com as duas escolas modernas de São Paulo, para que fosse solicitado o envio de materiais didáticos a serem adotados na escola dos Navegantes, que, em seu primeiro mês, apresenta 96 alunos menores e 25 adultos.

As escolas de São Paulo, supracitadas, conforme artigo do Correio do Povo (22/12/1914, p. 16), obedecem “[...] ao método indutivo, demonstrativo e baseado na experimentação, nas afirmações científicas e raciocinadas, para que os alunos tenham ideia clara do que lhe querem ensinar”. Entre as matérias há as disciplinas de Leitura, Caligrafia, Gramática, Aritmética, Geometria, Geografia, Botânica, Zoologia, Mineralogia, Física, Química, Filosofia, História, Desenho, entre outras. Nesta escola, para atrair a atenção dos pais, todos os meses ocorriam atividades congregadoras (festas, palestras, recitais...), enquanto que aos sábados eram promovidas “aulas-passeio” em espaço e região campestre, onde se lecionava Botânica, Zoologia... Essa escola se diferencia das escolas operárias gaúchas por aproximar-se da pedagogia libertária propagada por teóricos anarquistas, como William Goldwin e Francisco Ferrer⁵, via adoção das aulas passeio⁶, assim como a preocupação com as lições práticas. Tais preocupações não podem ser atribuídas à SUO, já que, pela falta de evidências documentais, não é possível supor que haviam aulas-

⁴ Termo utilizado em alusão às ciências biológicas e exatas.

⁵ Para maiores informações sobre estes autores vide VARGAS, Francisco Furtado Gomes Riet. *Anarquismo e Educação em Rio Grande (1918-1927)*: Educação de, para e pelos Trabalhadores. Pelotas: UFPEL, 2011. 111f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas.

⁶ Prática diretamente relacionável a da escola peripatética, aulas ao ar livre ministradas por Aristóteles na Grécia antiga.

passeio na referida entidade.

Na Escola Moderna dos Navegantes foram oferecidas aulas femininas e masculinas separadas. Nas masculinas, ministradas pelo professor Rodolfo Staffen, lecionou-se Alemão, Português, Aritmética, Geometria, Geografia, História, Zoologia, Mineralogia, Química, Física e Ginástica. Nas femininas, atendidas pela professora L. Hoffner, conferia-se às mesmas matérias das aulas masculinas acrescidas das aulas de Costura, além de outras disciplinas que eram oferecidas: classes de Esperanto e Desenho. A novidade, relativa à entidade, aparece quando ao ensino de Alemão e a existência de aulas de Educação Física (CORRÊA, 1987, p. 160). Ainda observamos que havia exames nos finais de ano, com premiações aos alunos que se destacassem (CORRÊA, *op.cit.*, p. 164-165), como na SUO. Nesta escola ocorriam conferências dominicais, entretanto, não é possível afirmar que estas atividades ocorriam todos os domingos assiduamente (Correio do Povo, 27/9/1914, p. 2). A SUO também contava com algumas conferências dominicais, acerca de que podemos constatar também que não eram atividades assíduas. (Atas de Diretoria da SUO, 1922-1929, p. 57, 159, 164, 201, 205, 222, 240, 249). Contudo, nesta entidade, encontramos afinidades com a escola da SUO, onde os meninos teriam aulas apenas das disciplinas formais e as meninas teriam acréscimo de uma atividade considerada tipicamente feminina, ou seja, a costura, apresentando variações frente à conduta pedagógica proposta por Ferrer.

Observando a Reorganização da Administração do Ensino Público Primário, de 1881, vemos que as disciplinas propostas para o primeiro grau são: Leitura, Caligrafia, Princípios de Moral Cristã, Aritmética, Gramática, Análise Gramatical e Ensino das Cousas; no segundo grau adiciona-se: Regência, Exercício de Composições, Continuação de aritmética, Geografia Geral e do Brasil, História do Brasil, Geometria e Ensino das Cousas (TAMBARA, 1995, p. 273). Assim verificamos o conteúdo programático proposto pelo SUO e pelo ensino público não eram explicitamente dissemelhantes, tendo como ponto de desalinho mais evidente somente a abstenção do Ensino Religioso.

Diante de tais dados observamos que nem as escolas anarquistas de Porto Alegre, nem a escola da SUO de Rio Grande, seguiam as propostas de Ferrer de forma mais ortodoxa, e, nesse movimento, o que de fato ocorria é que estas escolas operárias acabavam por fazer, no mínimo, uma adaptação destas propostas pedagógicas. Exemplo disso era o fato de as escolas não adotarem

a coeducação entre os sexos, fato observável, via registros, não só nas escolas operárias de Porto Alegre, mas também na escola da SUO. Detectou-se também que o conteúdo programático das escolas operárias não se diferenciava daquele trabalhado na Reorganização da Administração do Ensino Público Primário. É possível conferir a respeito, também, da existência de exames com premiações, contrariando outro princípio de Ferrer, que coloca em suas propostas que nem prêmios, nem castigos devem ser alinhados às práticas educacionais.

Num vislumbre teórico, podemos supor que isso se deva a um misto entre a sociedade conservadora e uma não necessidade de confronto tão claro com a Igreja Católica, que, naquele momento, passa por um momento de menor ascensão, mais retraído junto à sociedade gaúcha e brasileira.

3. Os Anarquistas na Sociedade União Operária

Conforme anteriormente colocado, os anarquistas foram presentes na SUO desde seus primórdios, porém, a partir do que podemos constatar, nunca estiveram em situação efetivamente relevante nesta entidade até 1924, quando eles, em aliança com elementos socialistas, entre outros, tiram o grupo burocrata da direção da SUO. Esta situação não ocorre sem conflitos.

No mesmo ano os anarquistas mostram seu potencial dentro dessa sociedade. A força destes idealistas se faz notar quando constatamos, em consulta aos registros, que numa assembleia da SUO foi discutido o fornecimento de ajuda de custo para a Federação Operária do Rio de Janeiro a fim de enviar um delegado brasileiro para um Congresso na Europa, em Amsterdã. Esse processo cria uma situação de atrito dentro da gestão da SUO deste ano; os dirigentes da situação evitam a retirada desse dinheiro do caixa da sociedade e organizam uma apresentação teatral para minimizar o impacto destes desdobramentos nos cofres da instituição (Atas da Diretoria da SUO, 1922-1929, p. 106-107).

Os libertários assumem a coordenação da SUO sob a liderança de Pedro Gomes, figura essencial nas gestões libertárias da entidade, tornando-se uma constante nas diretorias de liderança anarquista. Porém, pode ser constatado que a presença libertária na diretoria causou, de imediato, situações de reminiscência de conflitos anteriores, bem como a posse da primeira diretoria ligada a essa ideologia.

Na Ata da Diretoria, datada de 07 de novembro de 1924,

consta que certos sócios perturbariam a ordem da sociedade, levando ao presidente da então atual diretoria a consultar um advogado para eliminar esse problema. Conforme a ata, o advogado teria aconselhado “que a maneira mais viável era a eliminação dos elementos que perturbavam a boa marcha da União” (pp. 119-120). Entre os elementos a serem eliminados do quadro social desta entidade encontravam-se várias lideranças da SUO, incluindo membros que serão atuantes nas diretorias posteriores, como João N. Chagas e Luiz Zanini.

Esse episódio exemplifica o clima existente entre o grupo burocrata e seus opositores, liderados pelos anarquistas, que irão se deparar com outro episódio que se estenderá durante o período de hegemonia ácrata nesta sociedade. No começo da gestão da diretoria da SUO de 1925, duas chamadas ao Conselho Deliberativo foram feitas, para se reunirem, a fim de convocar uma Assembleia Geral (Atas da Diretoria da SUO, 1922-1929, p. 125), sendo que este conselho não se reuniu para tomar a dita decisão. Frente a isso, a diretoria convoca a Assembleia, resultando na dissolução do conselho e na eleição de um novo. Essa decisão acaba em conflito, levado à justiça, situação que perdura até 1929, quando ocorre a reconciliação.

Porém, nesse entremeio, apesar da disputa judicial, os anarquistas lideraram as decisões dessa entidade, tentando colocar suas diretrizes em prática. Uma das primeiras a serem implantadas pelos anarquistas na SUO diz respeito a maior atenção à data de 13 de outubro, dia da execução de Francisco Ferrer. Já nas diretorias anteriores, eram realizados atos em decorrência do aniversário da morte de Francisco Ferrer, com tribuna livre (Atas da Diretoria da SUO, 1922-1929, p. 71), porém, com a chegada dos anarquistas à hegemonia dentro desta entidade, a diretoria passa a ter papel mais ativo nas manifestações do aniversário da execução de Ferrer, indicando oradores para essa atividade, como em 1925, ano em que a diretoria resolve “convidar o companheiro Carlos Valizella a vir fazer uma conferência em comemoração à morte de Francisco Ferrer y Guardia” (Atas da Diretoria da SUO, 1922-1929, p. 164).

Vicinalmente a isso, é possível detectar posturas de conciliação frente ao conjunto de vertentes de pensamento ainda existentes no cerne da entidade SUO, assim como posturas de desentendimento entre os próprios anarquistas, conforme se pode depreender dos registros quanto ao 3º Congresso Operário do Rio Grande do Sul, de 1927, a ser realizado em Pelotas. Para o evento é solicitada a adesão da SUO, que, frente aos problemas que esta

sociedade enfrenta, se retrai, visto que as demais lideranças titubeiam em fazer-se representar. Ulisses Nunes comentou, conforme registro em ata, que a “SUO sempre anda prestando auxílio às demais associações [...] nunca recebendo auxílio de ninguém”; baseado nisso, ele apoia a não representação da entidade junto ao evento, sobretudo por força de que a SUO está então passando por um de seus períodos mais críticos (Atas da Diretoria da SUO, 1922-1929, p.156-157). Porém, em páginas posteriores do livro “Ata da diretoria”, constatamos que a SUO decide enviar um delegado, que, a princípio, dentro de uma lógica de delegação de funções, é um ex-sócio desta entidade, tendo sido isso feito mediante proposta prévia; tal ex-sócio residia em Pelotas, e, assim sendo, “o presidente coloca que devido às últimas transformações da SUO, seria melhor ir um companheiro daqui”. No relato do delegado da SUO, notamos um conflito, pois “prestando não ser a 'União Operária' uma sociedade 'anarquista-sindicalista' e que até os desfeitearam”, dizendo que a SUO nunca foi uma sociedade com este caráter, o que é sabido por todos, mormente pela Liga Operária de Pelotas, que fez o convite.

4. Anarquistas e a Educação na SUO

Quanto à educação, junto à entidade sob análise, a atuação anarquista não passa por contextos muitos diferentes, orbitando entre conjunturas de coalizões e conflitos. Um dos primeiros atos quanto à educação viria a ser a nomeação, na segunda reunião desta diretoria, de Antônio José de Mattos como inspetor das aulas. Mattos já havia sido inspetor das aulas em 1923 e se encontrava na lista de “elementos que perturbavam a boa marcha da União”. O que mostra uma atitude não muito renovadora dessa União, mas, pelo contrário, conflituosa em relação à antiga diretoria.

No dia 28 de março de 1924 foi apresentado um pedido de aumento salarial para alguns funcionários, incluindo os dois professores, reivindicação levada à assembleia. Tal pedido não foi aprovado, tendo em vista os registros do livro caixa, pelo qual se vê que as remunerações continuam as mesmas até 1927, momento em que não mais aparece o professor, e, à professora Virginia Wigg, são outorgados dois ordenados iguais, o que nos leva a crer que a mesma tenha assumido as aulas masculinas. Só observaremos mudanças no ordenado de Wigg quando assume outra professora, Carmen de Alliende, em julho de 1927.

Entretanto, o ano de 1925, nas “Atas da diretoria” da SUO,

será centrado no processo judicial entre o conselho deliberativo deposto pela assembleia de março do mesmo ano, havendo nesse interim poucas discussões sobre a escola, apesar de constar em ata de agosto de 1926 que esta sociedade foi “recentemente transformada em um instituto de educação operária” (Ata da Diretoria de SUO, 1922-1929, p. 200).

Em 21 de setembro de 1925 surge João N. Chagas como inspetor das aulas, não ficando claro quando ocorreu a mudança nem o porquê da efetivação levada a cabo pelo responsável por este cargo. Na ata da reunião posterior, de 07 de outubro de 1925, notamos a comunicação do professor relativa à suspensão de dois alunos, um “por desrespeito ao professor e outro por moralidade”. Outro registro, na mesma instância, trata da cerimônia de 18 de outubro referente à morte de Francisco Ferrer, em que fica registrada a escolha de Carlos Valizella como orador, responsável por uma conferência sobre a morte de Ferrer.

Na ata 1101, datada de 07 de novembro⁷ de 1925, há um ofício do professor pedindo sua demissão do cargo, no qual o motivo desta atitude aparece como sendo um ato de desrespeito por parte de João N. Chagas, na qualidade de inspetor. Chagas diz que fazia um mês que ele não comparecia às aulas, além de reincidir com o procedimento, por ele ordenado, de não receber nenhum aluno sem o mesmo ser apresentado pelo interessado com os documentos legais, assim como o fato de a SUO ter seu regulamento próprio para as aulas, em que o professor teria que obrigatoriamente se basear-se e do qual deveria lembrar-se de que, ao se integrar à SUO, teria ficado inteiramente a par dos estatutos. O companheiro Benamar adiciona a isso o fato que o professor vinha, possivelmente, desdenhando a SUO,

[...] aconselhando os pais de alunos a retirarem os filhos da escola pelo simples motivo de estar esta, de acordo com os estatutos, cobrando de mil reis por cada curso, demonstrando o companheiro má vontade, maldade desmedida [...] (Ata da Diretoria de SUO, 1922-1929, p. 168-169).

Valendo-se de uma conduta injusta, “pois a Sociedade é puramente instrução”; o professor, abusando da diretoria e do regulamento, denigre a sociedade, comparecendo às aulas ao seu

⁷ A datação registrada pode estar equivocada, pois a ordem no livro de atas, assim como a sequência dos fatos, leva a crer que esta ata seria de novembro.

bel prazer, sem reconhecer regulamento algum, chegando com atraso... Octávio Santos propõe que fique o professor exercendo tais funções, submetido aos regulamentos. O professor diz que admite todos os erros e que é de acordo (Ata da Diretoria de SUO, *op.cit.*, p. 168-169).

Com a posse da gestão da SUO, de 1926, surge novamente João Chagas como inspetor das aulas, porém, o mesmo rejeita o encargo devido à “incomodação” que teve na gestão anterior. Com isso, a diretoria propõe para inspetor, de forma unânime, Carlos Valizella, o mesmo responsável pela palestra sobre Francisco Ferrer, em 13 de outubro de 1925. Carlos aceita a incumbência, conforme ofício lido na reunião da diretoria de 09 de março de 1926, propondo mudanças radicais no sistema de ensino da entidade (Ata da Diretoria de SUO, *op. cit.*, p. 188).

Porém, tais mudanças esbarram nas reclamações dos professores da SUO contra o inspetor, problemas sanados com a nomeação de um inspetor adjunto, João N. Chagas; com isso, Carlos Valizella não mais atuará como inspetor das aulas. A partir disso pode-se observar que elementos conservadores impedem mudanças no modelo de ensino da Sociedade União Operária (Ata da Diretoria de SUO, *op.cit.*, p. 192-193), sendo possível assinalar a instituição do horário de aulas noturnas, das 18:30 até às 20:30, horário reduzido frente às aulas diurnas.

Da análise de registros posteriores notamos que permanece em pauta a proposta das reformas das aulas. Ocorre também a proposta de se fazer propaganda das aulas, e, o presidente, alvitra um prêmio aos alunos que apresentassem melhor aproveitamento, contrariando princípios sugeridos por Ferrer. Ainda observa-se a preocupação de João N. Chagas, posto via ata como inspetor das aulas, com a indisciplina e a pouca assiduidade dos educandos (Ata da Diretoria de SUO, *op. cit.*, p. 197). João N. Chagas reclama também quanto à suspensão das aulas por parte dos professores, fazendo como que a diretoria advirta aos educadores que as aulas não funcionariam por resolução da diretoria, do inspetor ou do sub-inspetor (Ata da Diretoria de SUO, *op. cit.*, p. 208-209).

Na gestão do ano de 1927, ocorre a nomeação de Augusto Ignácio da Silva, que rejeita o cargo, ficando nomeado em seu lugar Lincoln Araújo. Em fevereiro do mesmo ano o professor Hermínio de Oliveira abandona o cargo, obtendo colocação em outro emprego, o que faz sem comunicar à diretoria; em tal ponto podemos constatar mais uma vez indicações do baixo ordenado dos professores, levando inclusive a um descaso com a SUO por parte do educador

citado. Entretanto, neste mesmo momento, a professora Virgínia Wigg assume as duas aulas (Ata da Diretoria de SUO, *op. cit.*, p. 219-222). Mas, em maio deste ano, Virgínia desaparece do Livro Caixa desta entidade. Em junho salta dos registros o nome de Carmem del Alliende como professora titular (*op.cit.*, p. 70-71).

Também em junho deste mesmo ano assume como inspetor das aulas Ernesto Penteado, que fora aceito como sócio poucos meses antes, a convite do ex-inspetor Linconl Araújo. Já em julho do mesmo ano observamos que a professora Carmem del Alliende reclama da supressão que houve de seu ordenado, devido ao fechamento da aula noturna, ao que a diretoria justifica que não haveria como manter tais aulas tendo em vista o diminuto número de frequentadores (Ata da Diretoria de SUO, *op.cit.*, p. 228). Ocorrem outros atritos com a professora, em outubro de 1927, pelos quais o presidente faz acusações em relação à falta de empenho da mesma, e junto a isso pede ao inspetor que este tome medidas coibitivas contra a educadora (Ata da Diretoria de SUO, *op. cit.*, p. 234); tais registros demonstram a existência de frequentes atritos com a direção.

Porém, segundo ficou registrado, a diretoria também tinha atitudes de cumplicidade junto à professora. Isso é visível quando, em dezembro de 1927, as mães de dois alunos se colocam de forma agressiva contra a professora; diante desse incidente a diretoria decide por excluir os educandos, justificando tal atitude como algo a ser feito “a bem da ordem e da moral que devem reinar em nossas aulas” (Ata da Diretoria de SUO, *op.cit.*, p. 236).

Apesar disso, não foi possível detectar nos registros nenhuma nota a mais falando de uma reestruturação efetiva das aulas da entidade. No ano de 1928 a briga entre a diretoria e o grupo do Conselho Deliberativo, deposto em 1925, é resolvida pela justiça, que dá ganho de causa para o referido grupo do conselho, fato que acaba com a hegemonia anarquista na associação.

Considerações Finais

Em face de todos estes dados, podemos concluir que, apesar das tentativas, nenhuma mudança significativa foi realmente implementada ao modelo educacional que vigorou na SUO. Apesar de os anarquistas terem assumido essa sociedade e a transformarem “em um instituto de educação operária”, isso não foi suficiente para a real implantação de uma educação radicalmente libertária, apesar das tentativas de reestruturação verificadas.

Ainda podemos testemunhar que mesmo sendo essa uma escola operária, esta instituição pouco se diferenciava, quanto a sua grade curricular, do conteúdo programático proposto pela Reorganização da Administração do Ensino Público Primário, de 1881; bem como não se alternava diferencialmente em sua forma de agir em relação aos educandos, já que em tais práticas foi possível averiguar a ocorrência de procedimentos de premiação e punição, atos que vão de encontro a princípios pedagógicos libertários.

Por fim, nos deparamos com registros claros que demonstram os frequentes atritos, assim como a cumplicidade existente, entre o grupo diretor e os professores, junto ao registro do índice salarial dos educadores, demarcado pela baixa remuneração, mal que até hoje aflige a categoria.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

Atas e Relatórios: “*Atas das Assembléias da Sociedade União Operária*”, “*Atas do Conselho Deliberativo da Sociedade União Operária*”, “*Atas da Diretoria da Sociedade União Operária*”, “*Relatório Presidencial da Sociedade União Operária*”, “*Livro Caixa da Sociedade União Operária*”.

Jornal: “*Correio do Povo*”, Porto Alegre, 1914.

RIO GRANDE, Relatórios da Intendência Municipal de. 1918-1927.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORRÊA, Norma Elisabeth Pereira. *Os Libertários e a Educação no Rio Grande do Sul (1895-1926)*. Porto Alegre: UFRGS, 1987. 224f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LONER, Beatriz Ana. *Classe Operária: Mobilização e Organização em Pelotas (1888 – 1937)*. v. I. Porto Alegre: UFRGS, 1999. 380f. Tese (Doutorado em Sociologia) Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SCHMIDT, Benito Bisso. A Diretora dos Espíritos da Classe: a “Sociedade União Operária” de Rio Grande (1893-1911). *Cadernos do AEL*, Campinas: Unicamp, v. 6, n.10/11, 1999. p.149-168

SILVEIRA, Marcos César da. *O Teatro Operário em Rio Grande na época*

das Chaminés. São Leopoldo: UNISINOS, 1999. 232f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

VARGAS, Francisco Furtado Gomes Riet. *Anarquismo e Educação em Rio Grande (1918-1927): Educação de, para e pelos Trabalhadores*. Pelotas: UFPEL, 2011. 111f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas.

TAMBARA, Elomar A. C.. *Positivismo e Educação: A educação no Rio Grande do Sul sob o Castilhismo*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 1995.

